CENTRO UNIVERSITÁRIO DE IPORÁ-UNIPORÁ
CURSO DE DIREITO

YAÇANÃ REGINA DE ARAÚJO LIMA

FEMINICÍDIO: ANÁLISE DA INCIDÊNCIA E DAS DECISÕES JUDICIAIS DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

IPORÁ-GO
2024

YAÇANÃ REGINA DE ARAÚJO LIMA

**FEMINICÍDIO: ANÁLISE DA INCIDÊNCIA E DAS DECISÕES JUDICIAIS DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**

Artigo apresentado à Banca Examinadora do Curso de Direito do Centro Universitário de Iporá-UNIPORÁ como exigência parcial para obtenção do título de bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Ana Paula Guimarães Souza

BANCA EXAMINADORA

Profª Esp. Ana Paula Guimarães Souza
Presidente da Banca e Orientadora

Prof. Esp. Marcelo Barbosa Borges

Prof. Ms. Kaio José Silva Maluf Franco

**IPORÁ-GO
2024**

FEMINICÍDIO: ANÁLISE DA INCIDÊNCIA E DAS DECISÕES JUDICIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

FEMICIDE: ANALYZING THE INCIDENCE OF JUSTICIAL DECISIONS OF THE COURT OF JUSTICE OF THE STATE OF GOIÁS

Yaçanã Regina De Araújo Lima¹

Ana Paula Guimarães Souza²

RESUMO

O feminicídio é um crime que fere o direito fundamental à vida, especialmente no contexto da violência de gênero. O presente trabalho, analisa a incidência de feminicídios no Estado de Goiás e as decisões judiciais proferidas pelo Tribunal de Justiça local. A pesquisa revela um aumento preocupante nos índices de feminicídio, frequentemente associados a contextos de violência doméstica. As decisões judiciais refletem a aplicação da legislação, mas também evidenciam lacunas na interpretação e na severidade das sentenças. O estudo aponta a necessidade de capacitação dos profissionais do sistema de justiça e a implementação de políticas públicas eficazes para combater essa grave violação dos direitos humanos.

Palavras-chave: Feminicídio. Violência de gênero. Justiça.

ABSTRACT

Femicide are crimes that violate the fundamental right to life, particularly in the context of gender violence. This study analyzes the incidence of femicides in the State of Goiás and the judicial decisions made by the local Court of Justice. The research reveals a concerning increase in femicide rates, often associated with contexts of domestic violence. Judicial decisions reflect the application of legislation but also highlight gaps in interpretation and severity of sentences. The study points to the need for training professionals in the justice system and the implementation of effective public policies to combat this serious violation of human rights.

Keywords: Femicide. Gender violence. Justice.

1 INTRODUÇÃO

O feminicídio é um crime que fere o direito fundamental e o bem maior do ser humano, que é o direito à vida. Foi inserido ao ordenamento jurídico como proteção à incidência consideravelmente alta do crime de homicídio cometido especificamente contra a mulher, principalmente no âmbito familiar.

¹ Graduanda do Curso de Direito da Uniporá.

² Orientadora: profaanapaulaguimaraes@gmail.com

Culturalmente falando, em várias partes do mundo, a mulher é inferiorizada sob diversos prismas. No Brasil, constata-se uma subjugação da mulher no nível cultural, que resvala em costumes e tradição.

O feminicídio é tutelado especialmente, considerado homicídio qualificado e hediondo a conduta de matar a mulher. Nesse sentido, nasce a necessidade de analisar e compreender, por que o número de feminicídio aumenta, apesar da evolução da sociedade?

A decisão pelo tema partiu da vivência no ambiente doméstico ao visualizar acontecimentos reiterados de abusos psicológicos ou físicos, que geravam medo de uma retaliação ainda mais forte em eventos futuros, podendo levar até mesmo a conduta do feminicídio.

Para melhor entendimento, busca-se como objetivo geral apresentar a incidência de casos de feminicídio e os conceitos que os cercam, além de demonstrar o caminho sinuoso que leva ao feminicídio. Como objetivos específicos: A. Demonstrar as decisões jurisprudenciais acerca do feminicídio dentro do cenário goiano; B. Apresentar os dados de ocorrências da conduta delituosa no estado de Goiás; C. Analisar soluções que abarquem especificamente o estado de Goiás para diminuir a incidência dos casos.

A metodologia adotada na presente pesquisa, foi o método quantitativo e qualitativo, utilizando-se de doutrinas, artigos publicados, legislações, jurisprudências, e textos disponíveis na internet.

O feminicídio, definido como o assassinato de mulheres por razões de gênero, é uma grave violação dos direitos humanos e um reflexo da desigualdade de gênero presente na sociedade. No Brasil, a tipificação do feminicídio no Código Penal, por meio da Lei nº 13.104/2015, representa um avanço significativo no combate a essa forma de violência.

Tendo em vista o aumento do número de incidência do feminicídio a nível nacional, surge a necessidade de avaliar de maneira pormenorizada o contingente no Estado de Goiás, levando em consideração a necessidade de que cada estado faça a sua própria avaliação estatística em busca de solucionar ou, ainda que, apenas aferir formas de diminuir o padrão de ocorrência, nos moldes da formação social de cada ente federativo.

Nos últimos anos, Goiás tem enfrentado um aumento preocupante nos índices de feminicídio. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública indicam que o

estado ocupa posições alarmantes em relação a homicídios de mulheres. A análise dos dados estatísticos revela que muitos desses casos estão associados a contextos de violência doméstica, onde as vítimas eram frequentemente agredidas antes de serem assassinadas.

Além disso, a subnotificação é um desafio significativo, pois muitos casos de violência contra a mulher não são registrados como feminicídio, dificultando a compreensão real da magnitude do problema. Nesse sentido, merece atenção o devido trabalho que passa a expor o referencial teórico.

O presente trabalho parte da questão norteadora: Por que, apesar da evolução legislativa e social, os índices de feminicídio continuam alarmantes no estado de Goiás, especialmente em contextos de violência doméstica?

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar a incidência de casos de feminicídio no estado de Goiás, explorando as decisões jurisprudenciais, os contextos culturais e sociais que favorecem sua ocorrência e as possíveis soluções para mitigar essa grave violação dos direitos humanos.

Objetivos Específicos

- Examinar os acórdãos e decisões judiciais do Tribunal de Justiça de Goiás relacionadas ao feminicídio, avaliando a aplicação da legislação e as implicações dos precedentes.
- Apresentar dados de ocorrências de feminicídio no estado de Goiás e analisar os fatores socioculturais, como violência doméstica e desigualdade de gênero, que contribuem para a perpetuação desse crime.
- Identificar e discutir políticas públicas, medidas judiciais e iniciativas locais que podem ser implementadas para reduzir a incidência do feminicídio em Goiás, com ênfase na conscientização, educação e fortalecimento de redes de proteção às mulheres.

2. REVISÃO TEÓRICA

O direito à vida está previsto, primordialmente no artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal e no artigo 121 do Código Penal, que assim prediz: “matar

alguém”. Esse é o crime em sua forma simples, ou seja, a tipificação básica. Constitucionalmente, todos são iguais perante a lei, porém o tipo penal que prevê o homicídio necessitou de uma normatização específica ao sexo feminino.

“Radford definia o feminicídio como o assassinato de mulheres cometido por homens, como uma forma de violência sexual, aclarando que o conceito abarcava algo mais que a sua definição legal de assassinato, levando a situações nas quais as mulheres morrem como resultados de atitudes misóginas ou de práticas sociais.” (Nucci, pg.40, 2024)

Guilherme Nucci prediz acerca do feminicídio: “O feminicídio é uma continuidade dessa tutela especial, considerando homicídio qualificado e hediondo a conduta de matar a mulher, valendo-se da condição do sexo feminino” (Nucci, pg.40, 2024).

Ainda nas palavras de Nucci, “uma norma penal explicativa, respeito à a condição do sexo feminino. [...] confere-se maior tutela à mulher porque ela é sexo fragilizado nas relações domésticas familiares”. (Nucci, pg 41, 2024)

O Feminicídio também é uma qualificação expressa no Código Penal em seu artigo 121, § 2º, VI, que prevê que o “tipo penal é tirar a vida de alguém, mais especificamente contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”. Para a legislação: “§ 2º -A, “considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. ”

A penalização ainda sofre aumento, quando:

§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I - Durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II - Contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;

III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

O tipo penal motivado por discriminação de gênero foi considerado crime hediondo no ano de 2015, tipificado pela lei nº 13.104/2015. A inclusão do feminicídio no rol de crimes hediondos é mais uma forma de garantir a repressão desses acontecimentos, pois torna a pena ainda mais severa. Além disso, dificulta a progressão de pena para quem cometeu o delito.

Outra implicação importante a ser ressaltada é que houve alteração tanto no Código Penal, quanto na Lei De Execução Penal. Recentemente a lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024 determinou no “Art. 146-E, que o condenado por crime contra a

mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), ao usufruir de qualquer benefício em que ocorra a sua saída de estabelecimento penal, será fiscalizado por meio de monitoração eletrônica.”

Estabeleceu ainda a Lei 14.994/2024 que por se tornar hediondo e autônomo a pena de reclusão é de 20 a 40 anos; estabelece circunstâncias agravantes, que podem aumentar a pena de um terço até a metade; veda a liberdade condicional para os condenados por feminicídio; proíbe visita íntima ou conjugal para os condenados por crimes contra a mulher; transfere os condenados por crimes contra a mulher para estabelecimentos penais mais distantes da residência da vítima e dispensa o pagamento de custas, taxas ou despesas processuais que apurem violência contra a mulher.

Demonstrados os conceitos, bem como os efeitos legislativos em caso da ocorrência do fato delituoso, assim como já mencionado na introdução, o presente artigo tem como premissa expressar caminho sinuoso que leva ao feminicídio e os seus aspectos prévios.

2.1. Processo do feminicídio em Goiás

Um dos principais desafios na luta contra o feminicídio em Goiás é a resistência cultural que ainda persiste na sociedade. Estigmas e preconceitos podem influenciar tanto a investigação policial quanto o julgamento, resultando em decisões que não refletem a gravidade do ato cometido. Além disso, a falta de capacitação adequada para os profissionais do sistema de justiça em lidar com questões de gênero pode comprometer a eficácia das medidas protetivas e das sentenças

Goiás, como muitos estados brasileiros, enfrenta um contexto preocupante em relação à violência doméstica e ao feminicídio. Dados estatísticos indicam que uma parte significativa dos feminicídios ocorre dentro do ambiente familiar, onde as mulheres são frequentemente vítimas de parceiros íntimos. Essa realidade reflete a persistência de normas culturais que perpetuam a desigualdade de gênero e a aceitação da violência como uma forma de resolução de conflitos.

Vários fatores contribuem para o aumento da violência doméstica e do feminicídio em Goiás: A cultura do machismo, a cultura patriarcal ainda é predominante

em muitas comunidades, onde a submissão da mulher e a dominação masculina são aceitas como normais. Isso cria um ambiente propício para a violência.

Outro elemento a ser considerado é a subnotificação, que é um problema recorrente, dificultando a visibilidade do fenômeno. O ambiente doméstico é frequentemente o cenário onde se manifesta a violência. As dinâmicas de poder entre os parceiros muitas vezes se traduzem em controle e dominação, levando a situações de abuso físico, psicológico e emocional.

Muitas mulheres vivenciam um ciclo de violência que começa com episódios de controle e ciúmes, seguidos por agressões físicas e, em casos extremos, feminicídio. Esse ciclo é difícil de romper, especialmente em um ambiente que não oferece suporte adequado. A exposição à violência doméstica não afeta apenas as mulheres, mas também as crianças que vivem nesse ambiente. Elas podem se tornar vítimas ou perpetuadoras de ciclos de violência no futuro.

2.1.1 Aspectos psicológicos, físicos e sociais perpetrados pelo feminicídio no Brasil

O feminicídio não afeta apenas as vítimas, mas também suas famílias e comunidades. A violência de gênero gera um ciclo de medo e insegurança, impactando o bem-estar social e psicológico das mulheres.

Esse crime é caracterizado pela extrema crueldade com que a vítima é tratada, envolvendo, muitas vezes, humilhação, tortura e violência psicológica antes de sua morte.

Muitas mulheres vivenciam um ciclo de violência que começa com episódios de controle e ciúmes, seguidos por agressões físicas e, em casos extremos, feminicídio. Esse ciclo é difícil de romper, especialmente em um ambiente que não oferece suporte adequado. A exposição à violência doméstica não afeta apenas as mulheres, mas também as crianças que vivem nesse ambiente. Elas podem se tornar vítimas ou perpetuadoras de ciclos de violência no futuro.

A dependência econômica das mulheres também em relação a seus parceiros pode dificultar a busca por ajuda ou a saída de relacionamentos abusivos. Muitas mulheres permanecem em situações de violência por não terem condições financeiras para se sustentar. A ineficiência e a morosidade do sistema judiciário, somadas à falta de informações sobre direitos e recursos disponíveis, podem levar as mulheres a não denunciarem os abusos.

A violência doméstica é um problema grave e persistente no Brasil, afetando milhões de mulheres anualmente. Apesar das leis que protegem as vítimas, como a Lei Maria da Penha, a subnotificação e a ausência de denúncias são desafios significativos no combate a essa violência. Nesses termos, vale ressaltar o que diz a Lei Maria da Penha:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; [\(Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018\)](#)

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Casos emblemáticos, como o de mulheres que foram assassinadas por parceiros íntimos, mostram a aplicação da Lei Maria da Penha e a consideração de fatores como a violência prévia e a relação de poder entre as partes. Entretanto, a análise revela também a presença de lacunas na aplicação da lei, como a leniência em algumas sentenças e o uso de argumentos que minimizam a gravidade do crime.

Dessa forma, elencados aqui, as maiores dificuldades enfrentadas socialmente e psicologicamente pelas vítimas, passa a expor o contexto do feminicídio no estado de Goiás.

2.1.2 Feminicídio no Estado de Goiás

Em 2022, Goiás registrou uma taxa de feminicídio de aproximadamente 4,1 por 100 mil mulheres. Essa taxa pode ser considerada alta em comparação com outros estados brasileiros.

Número Absoluto de Casos: Em 2022, Goiás registrou 26 casos de feminicídio, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Denúncias de Violência Doméstica: Em 2022, o estado de Goiás registrou cerca de 16.000 denúncias de violência doméstica, com um aumento significativo em relação aos anos anteriores. Durante a pandemia de COVID-19, houve um aumento nas denúncias de violência doméstica, com muitas mulheres buscando ajuda em um momento de maior vulnerabilidade.

Embora tenha ocorrido uma maior conscientização acerca do número de “notitia criminis” nos últimos anos, importante notar que muitos casos de violência doméstica não são denunciados, o que significa que os números reais podem ser significativamente maiores. Estima-se que apenas uma fração das vítimas de violência doméstica registre uma queixa formal.

A dependência econômica em relação ao parceiro pode dificultar a decisão de deixar a relação abusiva. Muitas mulheres sentem que não têm para onde ir ou como se sustentar.

O medo do julgamento da sociedade e a vergonha associada à situação de violência podem levar as vítimas a se silenciarem. Em algumas comunidades, a cultura do machismo ainda é forte, o que pode desencorajar as mulheres a denunciarem.

Muitas mulheres não conhecem seus direitos ou não têm clareza sobre os recursos disponíveis para obter ajuda. A desinformação pode ser um grande obstáculo para a denúncia. A falta de confiança nas autoridades, devido a experiências negativas anteriores ou à percepção de que o sistema judicial não oferece proteção efetiva, pode levar as mulheres a não procurarem ajuda.

A falta de denúncias tem consequências graves tanto para as vítimas quanto para a sociedade:

A ausência de intervenção pode permitir que o ciclo de violência se perpetue, aumentando a gravidade dos abusos e, em muitos casos, levando ao feminicídio. Mulheres que sofrem violência doméstica frequentemente enfrentam problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade, que podem ser exacerbados pela falta de apoio e pela sensação de impotência.

A falta de denúncias contribui para a normalização da violência doméstica na sociedade, perpetuando a ideia de que esse comportamento é aceitável.

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) é um marco na proteção dos direitos das mulheres no Brasil, especialmente no que diz respeito à violência doméstica e familiar. A competência da ação penal pública nas denúncias amparadas por essa lei é fundamental por várias razões:

A ação penal pública permite que o Estado atue em defesa da vítima, independentemente da vontade desta em prosseguir com a denúncia. Isso é crucial, pois muitas mulheres podem ter medo de represálias ou pressões familiares.

Ao permitir que o Ministério Público atue, há uma maior chance de responsabilização dos agressores, contribuindo para a diminuição da impunidade.

A atuação do Estado garante que as vítimas tenham suporte legal e psicológico, aumentando suas chances de se sentirem seguras e amparadas durante o processo judicial. A Lei Maria da Penha prevê medidas protetivas que podem ser solicitadas pelo Ministério Público, garantindo a segurança da vítima enquanto o processo se desenrola.

A ação penal pública confere prioridade às investigações de casos de violência doméstica, promovendo uma resposta mais rápida e efetiva do sistema de justiça.

A atuação do Ministério Público em casos de feminicídio e violência doméstica contribui para a conscientização da sociedade sobre a gravidade desses crimes

Ao tratar a violência doméstica como um problema de saúde pública e de segurança, a ação penal pública ajuda a desestigmatizar a denúncia, incentivando mais mulheres a buscarem ajuda.

O envolvimento do Estado e a promoção de campanhas educativas podem ajudar a prevenir a violência, abordando as causas e promovendo uma cultura de respeito e igualdade.

Porém o aumento se deve ao Impacto das Campanhas de Conscientização: Campanhas de conscientização e a implementação de políticas públicas têm contribuído para o aumento das denúncias, pois as mulheres estão se sentindo mais encorajadas a buscarem ajuda. Nessa senda, imprescindível relatar as discussões e os resultados obtidos por intermédio desse trabalho.

3. MATERIAIS E MÉTODOS:

A presente pesquisa tem como classificação sendo uma pesquisa bibliográfica, descritiva, qualitativa e quantitativa. O trabalho, em sua fonte de pesquisa buscou

investigar os padrões que desencadeiam o feminicídio, bem como o caminho natural que segue o curso desse “*modus operandi*”.

Propôs-se ainda, a tratar o tema principal, que é a ocorrência no estado de Goiás, as vias facilitadoras e o contexto que leva ao número alarmante de casos.

Tratou das legislações aplicáveis e das decisões dos tribunais, alisando de forma qualitativa e quantitativa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em resposta a essa realidade, Goiás tem implementado algumas políticas e programas voltados para a proteção das mulheres e o combate à violência de gênero. A criação de delegacias especializadas no atendimento a mulheres vítimas de violência é um passo importante, mas ainda há desafios na efetividade desse atendimento. Iniciativas de conscientização sobre os direitos das mulheres e a importância da denúncia têm sido promovidas, mas é necessário um esforço contínuo para sensibilizar a sociedade.

A formação de uma rede de apoio que inclua serviços de saúde, assistência social e apoio psicológico é fundamental para oferecer suporte às vítimas que é um Precedente para o Feminicídio.

Um precedente, no contexto jurídico, refere-se a uma decisão judicial que serve como referência para casos futuros. No caso do feminicídio, um precedente pode influenciar a forma como os tribunais interpretam e aplicam a lei em situações semelhantes.

A Importância dos Precedentes ajuda a criar uma linha de interpretação consistente sobre o feminicídio, garantindo que casos similares sejam tratados de maneira semelhante, o que é essencial para a justiça.

Orientação para Juízes e Advogados, eles fornecem diretrizes para juízes e advogados sobre como a lei deve ser aplicada em casos de feminicídio, contribuindo para decisões mais informadas. Proteção dos Direitos das Vítima que reconhecem a gravidade do feminicídio e estabelecem penas severas podem atuar como um desincentivo para potenciais agressores.

Casos julgados por tribunais superiores podem estabelecer precedentes que influenciam a interpretação da lei em todo o país.

Decisões que abordam aspectos como a motivação de gênero, a relação entre agressor e vítima, e as circunstâncias do crime podem servir como precedentes importantes.

A aplicação da Lei nº 13.104/2015, que tipifica o feminicídio, é frequentemente moldada por precedentes que ajudam a definir o que constitui a violência de gênero e suas consequências legais.

Decisões que resultaram em penas mais severas para agressões motivadas por questões de gênero podem ser citadas como precedentes que reforçam a seriedade do feminicídio.

Casos em que o tribunal reconheceu a violência psicológica ou a vulnerabilidade da vítima como fatores que agravam a pena também são exemplos de precedentes importantes.

Diferentes tribunais podem interpretar precedentes de maneiras variadas, levando a decisões inconsistentes em casos semelhantes. À medida que a sociedade evolui, é importante que os precedentes sejam revisados e atualizados para refletir as mudanças nas normas sociais e nas percepções sobre gênero e violência.

No que se refere às decisões judiciais em casos de feminicídio no Tribunal de Justiça de Goiás, ênfase desse artigo, a aplicação da legislação e a interpretação dos juízes sobre a matéria se dá sob o prisma da análise dos acórdãos e sentenças, observando que a maioria dos casos resulta em penas severas, embora haja variações significativas dependendo das circunstâncias de cada crime

As decisões judiciais desempenham um papel crucial na prevenção e no combate à violência de gênero, incluindo o feminicídio, no Estado de Goiás. Abaixo, estão alguns aspectos que caracterizam o padrão dessas decisões e as estratégias adotadas para reduzir os índices de violência:

Os juízes têm sido instruídos a aplicar de forma rigorosa as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. Isso inclui afastamento do agressor, proibição de contato e outras medidas que visam garantir a segurança da vítima.

Há um esforço para acelerar o trâmite de processos relacionados à violência doméstica, garantindo que as vítimas recebam uma resposta rápida do sistema judiciário.

O Judiciário de Goiás tem adotado protocolos específicos para o atendimento de casos de violência de gênero, que incluem orientações para juízes e servidores sobre como lidar com esses casos de forma sensível e eficaz.

A capacitação contínua de magistrados e servidores do Judiciário em temas relacionados à violência de gênero é fundamental para garantir decisões mais informadas e justas.

O Ministério Público de Goiás tem atuado de forma proativa, promovendo ações civis públicas e acompanhando casos de violência doméstica, o que contribui para uma maior responsabilização dos agressores. O MP incentiva denúncias e ações coletivas, promovendo uma cultura de proteção e apoio às vítimas.

O Judiciário tem apoiado iniciativas de educação e conscientização sobre a violência de gênero, visando prevenir novos casos e informar a população sobre os direitos das vítimas. A colaboração com ONGs e outras instituições é fundamental para a implementação de programas de prevenção e apoio às vítimas.

A criação de sistemas de monitoramento de casos de violência doméstica permite que o Judiciário acompanhe o cumprimento das medidas protetivas e a evolução dos processos.

Avaliação de Resultados: A avaliação periódica dos resultados das decisões judiciais e das políticas implementadas é essencial para identificar falhas e promover melhorias

A ausência de intervenção pode permitir que o ciclo de violência se perpetue, aumentando a gravidade dos abusos e, em muitos casos, levando ao feminicídio.

Mulheres que sofrem violência doméstica frequentemente enfrentam problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade, que podem ser exacerbados pela falta de apoio e pela sensação de impotência.

A falta de denúncias contribui para a normalização da violência doméstica na sociedade, perpetuando a ideia de que esse comportamento é aceitável.

Para enfrentar a ausência de denúncias, algumas estratégias podem ser implementadas: É fundamental promover campanhas educativas que informem as mulheres sobre seus direitos e os recursos disponíveis para denunciar a violência.

Oferecer suporte psicológico e social às vítimas pode ajudá-las a superar o medo e a insegurança, incentivando-as a buscar ajuda. Garantir que as delegacias e serviços de apoio sejam acolhedores e respeitosos pode aumentar a confiança das vítimas em denunciar.

Fomentar a criação de redes de apoio entre mulheres e organizações da sociedade civil pode proporcionar um ambiente seguro onde as vítimas se sintam encorajadas a falar.

A atuação do Ministério Público, junto com outros órgãos, como a polícia e os serviços de assistência social, fortalece a rede de proteção às vítimas.

A ação penal pública contribui para a formação de precedentes judiciais que podem orientar futuras decisões, promovendo uma jurisprudência mais robusta em casos de violência de gênero.

Para enfrentar de forma eficaz o feminicídio em Goiás, é fundamental implementar ações integradas que incluam. Investir na formação de policiais, juízes e promotores para que compreendam a gravidade do feminicídio e a dinâmica da violência de gênero.

Fortalecer a rede de proteção às mulheres, garantindo que medidas protetivas sejam efetivas e acessíveis.

Promover campanhas educativas que abordem a igualdade de gênero e os direitos das mulheres, visando transformar a cultura de violência

5. CONCLUSAO

Em conclusão o estudo sobre o feminicídio, especialmente no contexto do estado de Goiás, revela a complexidade e a urgência do problema. Apesar dos avanços legais, como a tipificação do feminicídio no Código Penal, os números alarmantes de homicídios de mulheres indicam que a violência de gênero continua a ser uma realidade devastadora. A subnotificação dos casos de violência contra a mulher e a persistente desigualdade de gênero contribuem para a dificuldade em medir com precisão a magnitude do problema e, conseqüentemente, dificultam a implementação de soluções eficazes.

O aumento de feminicídios no estado de Goiás, associado à violência doméstica e à persistência de atitudes culturais que subjugam as mulheres, exige uma ação coordenada e multifacetada. A análise dos dados estatísticos e das decisões jurisprudenciais pode fornecer insights valiosos sobre as causas e a dinâmica desses crimes, além de permitir que políticas públicas mais eficazes sejam desenhadas para combater essa violência.

É fundamental que, além das reformas legislativas, haja uma mudança cultural que promova a igualdade de gênero e combata as desigualdades estruturais. A conscientização, educação, e o fortalecimento de redes de apoio às mulheres são essenciais para prevenir o feminicídio e proteger as vítimas de violência. Dessa forma,

é possível reduzir a incidência do feminicídio, não apenas em Goiás, mas em todo o Brasil, garantindo um ambiente mais seguro e justo para as mulheres.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Dados sobre violência no Brasil. [disponível em: www.forumseguranca.org.br].

BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6024*: informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento – apresentação. Rio de Janeiro, fev. 2012a. 4 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6027*: informação e documentação – sumário – apresentação. Rio de Janeiro, dez. 2012b. 3 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 14724*: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, mar. 2011. 11 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 15287*: informação e documentação – projeto de pesquisa – apresentação. Rio de Janeiro, dez. 2005. 6 p.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Dispõe sobre a prevenção e o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o Código Penal para tipificar o feminicídio. Diário Oficial da União.

HEY, J. (2018). "Feminicídio e a Resposta do Sistema Judiciário Brasileiro". Revista Brasileira de Política Criminal.

Lei Maria Da Penha disponível no

site:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

NUCCI, Guilherme de Souza, **Curso de direito penal**: parte especial, 8ed, Rio de Janeiro: Forense, 2024.

SILVA, M. (2020). "A Lei Maria da Penha e sua Efetividade: Desafios e Perspectivas". Estudos de Gênero e Justiça.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS. Estatísticas sobre feminicídio. [Disponível em: www.tjgo.jus.br].

https://www.google.com/search?q=ART+146+E+LEI+14994&rlz=1C1GCEA_enBR1004BR1004&oq=ART+146+E+LEI+14994&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQIRigATIHCAIQIRigATIHCAEQIRigAdIBCTUwMjc3ajBqN6gCALACAA&sourceid=chrome&ie=UTF